FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELLA MENDES DE SOUZA
NAILA SIRBEM CARVALHO COSTA

ESCOLA CIDADÃ: uma abordagem sobre a formação de sujeitos para o exercício da cidadania

Chapadinha
2013

DANIELLA MENDES DE SOUZA
NAILA SIRBEM CARVALHO COSTA

ESCOLA CIDADÃ: uma abordagem sobre a formação de sujeitos para o exercício da cidadania

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Esp. Adriana Rodrigues Cunha

Chapadinha
2013

DANIELLA MENDES DE SOUZA
NAILA SIRBEM CARVALHO COSTA

ESCOLA CIDADÃ: uma abordagem sobre a formação de sujeitos para o exercício da cidadania

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP, para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ªAdriana Rodrigues Cunha(Orientadora)
Especialista em Gestão e Docência do Ensino
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

1º Examinador

_____

2º Examinador

A todos os nossos familiares

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a todos que nos ajudaram durante o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso: nossos pais, amigos e familiares, pela força. E, em especial, a Deus por nos manter firmes e fortes nesta jornada. Esse é um momento especial! Foram inúmeros bons momentos, de alegria, de vitórias e de cumplicidade.

É hora de olhar para trás e ver tudo o que passamos. Foi um longo caminho percorrido, mas que não esqueceremos nem mesmo os momentos de obstáculos, nas horas mais difíceis, não desistimos de lutar. As dificuldades nos ajudaram a crescer e a persistir cada vez mais na busca dos nossos objetivos.

Enfim, agradecemos a todos que colaboraram direta ou indiretamente nessa longa caminhada.

“*A escola precisa se reencantada, encontrar motivos para que o aluno vá para os bancos escolares com satisfação, alegria.”*

Moacir Gadotti

RESUMO

O presente trabalho contempla a formação de sujeitos autônomos, críticos, reflexivos e com capacidades para exercer a cidadania. Objetiva-se entender como a cidadania está sendo trabalhada pela escola pública. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de leitura e análise de diferentes textos que retratam a origem da democracia, as primeiras concepções de ser cidadão e as percepções de autores acerca dos sistemas de ensino brasileiro. Além disso, buscou-se fontes sobre os modelos de governos pelos quais o Brasil passou, para compreender as relações entre política e educação ao longo dos anos e nos dias atuais. A pesquisa de campo foi realizada a partir de questionários com questões abertas e fechadas para 9 (nove) professores da Escola Imperatriz (nome fictício), situada no município de Chapadinha-MA. Os questionários envolveram assuntos referentes às percepções dos professores sobre os valores cidadãos; a autonomia da gestão escolar; participação da comunidade e dos pais dos alunos; bem como os conteúdos e as práticas pedagógicas trabalha em sala de aula. Desse modo, o resultado da pesquisa propiciou a análise e constatação do entendimento dos docentes referente a uma escola que objetiva a formação de sujeitos para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Sociedade democrática. Educação. Cidadania. Sujeitos autônomos.

ABSTRACT

This study contemplates the formation of autonomous subjects, critical, reflective and able to exercise citizenship. It aims to understand how citizenship is being crafted by public schools. A literature search was performed from reading and analyzing different texts that depict the rise of democracy, the first being a citizen conceptions and perceptions of authors about the Brazilian education systems. Additionally, sources were sought on the models of government in which Brazil has to understand the relationship between politics and education over the years and today. The field research was conducted via questionnaires with open and closed questions to nine (9) School teachers Empress (fictitious name), in the municipality of Chapadinha-MA. The questionnaire involved matters concerning teachers' perceptions about the civic values, the autonomy of school management; community involvement and support from parents, as well as the content and pedagogical practices in the classroom works. Thus, the result of research led to the finding of the analysis and understanding of teachers regarding a school that aims to train subjects for the exercise of citizenship.

Keywords: Democratic society. Education.Citizenship.Autonomous subjects

.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Na escola em que você atua são transmitidos os valores cidadãos?...37

Gráfico 2 _ A escola está envolvida no processo de formação cidadã de seus alunos?.....38

Gráfico 3 _ Há autonomia na gestão da escola?.....39

Gráfico 4 _ A participação dos pais na escola se dá de que forma na instituição em que você atua?..... 40

Gráfico 5 _ O que é necessário para se obter uma escola cidadã de qualidade?.41

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**.....	8
2	**DEMOCRACIA:** o berço da cidadania.....	10
3	**CONCEITO DE CIDADANIA.**.....	15
3.1	**Educação e cidadania**.....	18
3.2	**O exercício da cidadania como perspectiva sócio-política**.....	21
4	**ESCOLA CIDADÃ**.....	25
4.1	**Autonomia e gestão da escola**.....	25
4.2	**A escola cidadã na formação de sujeitos autônomos**.....	30
5	**METODOLOGIA DA PESQUISA**.....	35
5.1	**Caracterização do universo da pesquisa**.....	35
6	**UMA VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A ESCOLA CIDADÃ**.....	37
7	**CONCLUSÃO.**.....	43
	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICES.....	48

1 INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é complexa e revestida de contradições. Pois, de um lado a educação é entendida como uma possibilidade de emancipar o homem e transformar a sociedade. De outro, por entender também como um processo político e social, algumas esferas dos governos centrais desconsideram os verdadeiros objetivos e finalidades da educação escolar, para torná-la um meio de garantir autoridade, domínio e poder.

Entretanto, ao longo dos anos, o ser humano foi adquirindo cada vez mais acesso ao conhecimento e compreendendo que a educação deveria fazer parte da vida de todos, independentemente da cor, raça, sexo ou nível de escolaridade. Assim, as lutas sociais foram acontecendo para oficializar os direitos que por natureza todo homem deve ter garantido. Foi dessa maneira que os direitos humanos foram se legitimando, visando tornar a sociedade democrática e destacando os valores cidadãos.

Entende-se que a educação é um processo político, e que correspondem a interesses, estratégias e ideologias dominantes da sociedade. Por ser assim, o processo educativo, às vezes, não se realiza com êxito na vida de muitas pessoas, principalmente das que compõem as camadas populares. Além disso, a marginalização ou a exclusão de grande parte da população não favorece a construção de uma sociedade democrática, uma vez que ela só é possível se houver a participação de todos nas questões sociais, econômicas e culturais.

Desse modo, pode-se afirmar que o processo educativo é político e social, mas deve favorecer, de fato, a formação dos alunos para o exercício da cidadania. Segundo as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), Art. 2º, a educação tem por finalidade, considerando os princípios de liberdade, o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.(CARNEIRO, 2012),

Libâneo (2009) pondera que a contribuição da escola para a democratização está no cumprimento da função que lhe é própria, que é a assimilação ativa do saber sistemático, elaborado. Assume-se, assim, a função da escola em dispor às camadas populares os conteúdos culturais mais representativos, historicamente, do saber universal, requisito necessário para tomarem partido no projeto histórico-social de sua emancipação humana.

Desse modo, a escola deve dispor de conhecimentos e informações que atendam aos interesses das camadas populares, pois, é no âmbito escolar que as crianças, adolescentes, jovens ou adultos compreendem melhor seu papel de cidadão numa determinada sociedade. A partir dessas concepções foram surgindo o interesse em se estudar assuntos referentes à escola cidadã. Pois, compreendendo que é nesse modelo de escola que o aluno se torna um sujeito consciente de seus direitos e deveres, será que as escolas estão capacitando seus alunos, desenvolvendo ações e transmitindo valores cidadãos para formá-los de maneira crítica e torná-los autônomos para a vida em sociedade? Como as escolas de ensino público concebem os conteúdos necessários para a formação humana? Afinal, o que é necessário para uma escola ser, de fato, uma escola cidadã?

A Constituição Federal garante a educação por meio de instituições públicas, ou seja, as escolas. Por isso o interesse em se analisar uma escola pública, uma vez que, na maioria das vezes, contempla um público marginalizado das questões políticas, econômicas e sociais, e que, pordiversos fatores, não exerce a cidadania plenamente.

As informações apresentadas são resultados de leitura de alguns autores como Bonavides (2012), Buffa; Arroyo; Nosella (2010); Carneiro (2012), Chauí (2003), Gadotti, (2010), Libâneo (1994), Neves (2009), Peixoto (2001), entre outros. Além de considerar e analisar respostas de professores atuantes em uma escola da rede pública.

Segundo Marinho (2012, p. 23), “[...] examinar a questão dos direitos humanos no campo educacional demanda um entendimento da construção histórica dos conceitos de direitos humanos, cidadania e de democracia, e das suas relações com o contexto político social [...]”, assim, essa pesquisa monográfica apresenta, inicialmente, o contexto histórico da democracia relacionada com o surgimento do termo cidadão; depois uma abordagem do atual conceito de cidadania; o exercício da cidadania para a integração do homem político à sociedade; concepções sobre a escola cidadã; a autonomia e gestão escolar e o resultado da pesquisa realizada, que apresenta a percepção dos professores sobre a escola cidadã.

Portanto, acredita-se que essa pesquisa possa contribuir para professores interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a escola cidadã ou alunos que desejam realizar estudos referentes a essa temática.

2 DEMOCRACIA: o berço da cidadania

Etimologicamente, a palavra democracia (demo=povo; cracia=poder) significa a liberdade de expressão ou participação do povo nas decisões de um governo, ou seja, um governo democrático é constituído basicamente a partir das necessidades e deliberações populares. Assim, é compreensível a proposiçãode que a cidadania está diretamente relacionada coma democracia, já que é uma prática advinda dos interesses populares em constituir uma sociedade que atenda aos anseios de todos, e não apenas de uma minoria da população.

Para compreender, de fato, os direitos reservadosnos documentos oficiais ao ser humano, na atualidade, faz-se necessária uma abordagem sobre as lutas sociais que reivindicavam uma sociedade democrática; que concedesse oportunidades para as camadas populares serem incluídas nos setores da sociedade com direitos e deveres assegurados. Pois que, nem sempre o ser humano foi considerado cidadão.

Começa-se, então, uma abordagem sobre o surgimento das cidades-estados, na Grécia Antiga, já que muitos autores definem cidadão como ser partícipes de uma cidade. Meneses et al (2008, p.8, grifo do autor) explica:

> [...] as cidades-Estados ou polis (“Estado que se governa a si mesmo”) surgiram na transição do período arcaico (do século VIII ao V a.C.) para o Período Clássico (do século V ao IV a. C). Em geral, eram construídas nas colinas centrais dos vales e sob o modelo de fortificações urbanas – para se protegerem de ataques inimigos. O nome dado pelos gregos a esse tipo de edificação foi acrópole (“cidade alta”).

Em Atenas, segundo Meneses et al (2008), por volta de 431, um terço dos cidadãos deveria viver nas regiões urbanas e só eram considerados cidadãos os homens maiores de 18 anos, nascidos em Atenas e filhos de pai e mãe atenienses. As mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros, nesse contexto, não faziam parte desse grupo. Os estrangeiros, além de não poderem participar da vida política da cidade, eram impedidos de comprar terras e casar como mulheres atenienses. Além disso, eram obrigados a pagar impostos ao governo e a servir ao exército quando necessário.

Ainda de acordo com Meneses et al (2008), em Esparta, dentre os grupos dos *esparciatas*, *periecos* e *hilotas*, os esparciatas era o único grupo considerado cidadão. Era um número reduzido de homens, considerado a elite da cidade, e tinha a propriedade das férteis terras espartanas. Possuíam o monopólio da política, da

economia e do exército. Em outras palavras, era um governo centralizado, configurado na existência de uma oligarquia. Os *periecos* conservavam a liberdade individual e de organização comunitária, em troca de serviços prestados a Esparta nas áreas militares e do exterior, e os *hilotas* formavam uma força de trabalho compulsiva, sob regime de servidão total.

Os autores afirmam que, assim como na Grécia, na antiga Roma, a ideia de cidadania é baseada na capacidade de exercer os direitos civis e políticos, bem como na distinção entre os que possuíam e os que não possuíam essa liberdade. Em outras palavras, a cidadania era atribuída apenas aos homens livres, mesmo que nem todo homem livre fosse considerado cidadão. Desse modo, afirma-se que a democracia não era uma concretude nesses Estados. “[...] Autores mais rigorosos asseveram que não houve na Grécia democracia verdadeira, mas aristocracia democrática, o que evidentemente traduz um paradoxo.” (BONAVIDES, 2012, p. 289)

Por outro lado, a democracia no Brasil pode ser compreendida em diferentes momentos da história política, desde o fim do Brasil colônia, em 1922, até o Estado democrático dos dias atuais. Porém, será feita uma alusão histórica apenas aos principais momentos dos governos que estabeleceram uma Constituição democrática.

Assim, em 1930, Getúlio Vargas assume o governo e acaba com o modelo republicano que estava instaurado, por meioda promulgação da constituição de 1934. De acordo com Ciotola (2013), as eleições de 1933 transcorreram dentro um clima democrático, pois com a instituição do voto secreto, o eleitor pode exercer a cidadania. Assim, a criação da justiça eleitoral e a adoção do voto feminino, foram fatores para tornar a eleição, na mais democrática de todas. Porém, segundo Ciotola (2013), em 1937, Vargas outorga uma nova Constituição, restringindo liberdades e instaurando uma ditadura de inspirações que durou até 1945. Por conseguinte, após a ditadura getulista é promulgada uma nova Constituição Federal, em 1946, considerado um período marcado pelo populismo, ou seja, um retorno à democracia.

Sabe-se que o Brasil passou por longos períodos ditatoriais. E, apenas em 1988, foi promulgada a Constituição Brasileira que estabelece em Assembléia Nacional Constituinte um Estado democrático para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. Desse modo, a Constituição, no Art. 1º, dispõe que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito e tem como

fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. (BRASIL, 2001)

Percebe-se, assim, que além da soberania e valores sociais do trabalho, entre outros, a cidadania é um dos fundamentos desse Estado democrático, o que se confirma a necessidade da participação popular nas decisões políticas e sociais.

Nesse sentido, Hart (apud MUÑOZ, 2004, p. 8) considera que a democracia deve ser construída através da inclusão de todos, até mesmo pela inclusão das crianças, pois é uma atitude adquirida gradativamente com a prática. “Uma nação é democrática na medida em que seus cidadãos participam especialmente em nível comunitário. A confiança e a competência para participar devem ser adquiridas gradativamente com a prática. [...]”

Contudo, Buffa, Arroyo e Nosella (2010) afirmam que os direitos dos cidadãos, tanto os chamados direitos humanos – à vida, à saúde, à educação, à moradia – quanto os direitos civis – liberdade, igualdade jurídica, justiça -, que foram sendo realizados progressivamente, a partir do século XVIII, são proposições da democracia burguesa dos séculos XVI e XVII, que, segundo os autores, no pensamento burguês, há uma nítida separação entre proprietários e não proprietários, em que apenas os proprietários é que têm direito à plena liberdade e à plena cidadania.

> [...] que a construção da cidadania no Brasil só pode dar-se mediante um processo de enfrentamento povo *versus* Estado, no qual o primeiro exija do segundo a concretização de seus direitos humanos e civis; tal enfrentamento tem-se dado, historicamente, através dos movimentos sociais e populares. À medida que o Estado atenda às demandas desses direitos, a democracia estará sendo construída como expressão da própria cidadania. (ARROYO apud PEIXOTO, 2001, p. 141)

Entende-se que o progresso é uma conquista adquirida pelas manifestações populares, organizadas pela sociedade civil ao longo dos anos, e é nesse sentido que a constituição de 1988 representa o avanço dessas lutas, além de estimular a participação dos cidadãos nas diferentes esferas sociais e políticas. Nessa ordem de pensamento, Chauí (2003, p. 139) afirma que “cada vez que um Estado é capaz de responder satisfatoriamente às demandas da cidadania, o regime é democrático.”

Portanto, compreende-se que a cidadania não é apenas ter direito de votar ou ser votado, ou de se manifestar para expressar suas opiniões. A cidadania, em sentido amplo, é um exercício de autonomia, de criticidade e autenticidade, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse aspecto, destaca-se que o sujeito

necessita de orientações adequadas e direcionamentos que o conduza a uma compreensão de seu papel de coletividade.

> A conquista da cidadania é algo além do simples processo jurídico; é, antes de tudo, um problema político que perpassa a conquista de uma verdadeira legitimidade social, envolvendo um conjunto de direitos, de valores e de relações socioculturais, sendo, por isso, incompatível com a exclusão social. (MENESES, et al, 2008, p. 7)

Assim, por entender que a cidadania constitui-se numa verdadeira legitimidade social, as orientações e conduções que os indivíduos necessitam para atuar na sociedade, de forma crítica, também são afirmadas no art. 205 da Constituição de 1988, em que é assegurada a educação como direito de todos e dever não apenas do Estado, mas também da família (BRASIL, 2001). Pois, a educação escolar possibilitao pleno desenvolvimento individual e social do ser humano, além de incluir os alunos nos assuntos discutidos na sociedade. Esses pensamentos, ideais e conquistas caracterizam a democratização social e política, de forma que possibilita os alunos apropriarem-se de conhecimentos culturais, de saberes sistematizados que desenvolvem capacidades de atuação nas lutas pelos direitos de cidadania.

De acordo Libâneo (1994), a escolarização é um dos requisitos básicos para o processo de democratização da sociedade. Segundo o autor, a democratização é entendida pela conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais e políticas na participação e condução das decisões políticas e governamentais.

Ressalta-se, portanto, que a escolarização é indispensável para a construção de uma sociedade democrática. Pois ela é essencial para garantir a todos os indivíduos uma base de conhecimentos necessários para a compreensão crítica da realidade. Pois que “uma nação é democrática na medida em que seus cidadãos participam especialmente em nível comunitário. A confiança e a competência para participar devem ser adquiridas gradativamente com a prática [...]” (HART apud MUÑOZ, 2004, p. 8)

Portanto, a educação escolar oferecida nos sistemas públicos de ensinodeve cumprir com as responsabilidades na garantidos princípios de obrigatoriedade e gratuidade. Além disso, deve também dispor de meios para a permanência dos alunos nas escolas com um ensino de qualidade, visando à emancipação do sujeito nas lutas sociais pela transformação do quadro social vigente.

Todavia, alguns autores, dentre eles Libâneo (1994), percebem o sistema escolar, empregado, na maioria das vezes, para usos políticos sem caráter pedagógico ou sem intenções de atender às reais das necessidades da população, o que representa uma irregularidade nas condições da educação brasileira. Dessa forma, Libâneo (1994, p. 37) considera que para a realização da democratização é necessário que haja o envolvimento dos educadores em defesa de uma escola democrática e gratuita:

> Para a efetivação dos vínculos entre a escolarização e as lutas pela democratização da sociedade, é necessária a atuação em duas frentes, a política e pedagógica, entendendo-se que a atuação política tem caráter pedagógico e que a atuação pedagógica tem caráter político. A atuação política implica o envolvimento dos educadores nos movimentos sociais e organizações sindicais e, particularmente, nas lutas organizadas em defesa da escola unitária, democrática e gratuita.

Desse modo, compreende-se que a educação está vinculada à política, e que a política deve promover a participação dos sujeitos nas organizações sociais em prol de um ensino igualitário, gratuito. Apreende-se, ainda, que a sociedade democrática permite, à população que a compõe, o engajamento nas questões econômicas, políticas e culturais. Em outras palavras, ela deve suscitar a progressão da sociedade por meio da ampliação das políticas públicas no setor educacional coma participação de todos – crianças, jovens, adultos, idosos –, além de elucidar o papel de cada cidadão para a transformação do cenário social.

3 CONCEITO DE CIDADANIA

O conceito de cidadania pode ser abordado tanto a partir do significado do termo quanto a partir de uma retomada aos movimentos sociais e democráticos. Segundo Pinsky (2002 apud MARINHO, 2012), a primeira referência histórica ao conceito cidadão (etimologicamente filho da *pólis*, ou indivíduo que pertence à cidade e é nela reconhecido) situa-se na Grécia Antiga, mais precisamente nos pensamentos de Aristóteles, na qual a cidadania se apresenta como elemento legitimador das práticas da vida cotidiana comunitária. E, no que se refere aos movimentos sociais, à educação que orienta o exercício da cidadania, pode representar uma conquista de natureza democrática.

Ainda, de acordo com Meneses et al (2008, p. 7), a cidadania pode ser definida como “a qualidade do indivíduo que habita determinada cidade e que possui direitos civis e políticos no Estado do qual faz parte.” Nessa análise temática, os autores ponderam que se deve considerar a questão do espaço físico e social, além de considerar o engajamento dos indivíduos nas questões políticas e sociais.

Paralelamente, Peixoto (2001, p. 134), afirma que há concepções diversas para o que é ser cidadão: “alguns compreendem o cidadão como o indivíduo que possui direitos políticos; outros como aqueles que possui deveres sociais; outro ainda como aquele, que, no contexto de uma sociedade de mercado, tem acesso aos bens de consumo”.

Marinho (2012) também conceitua cidadania e considera que sua definição está relacionada à noção de direitos individuais e à noção de vínculo com uma determinada comunidade. Assim, há que se notar que vários autores comungam a ideia de que ser cidadão é ter direitos individuais e sociais. Resignando-se, dessa forma, o pensamento restrito de que ser cidadãoé ter direito de votar ou ser votado, ou ter acesso à educação, pois é necessária, também, a participação ativa nas questões políticas, sociais e econômicas.

> [...] a cidadania expressa um conjunto de direitos que permitem à sociedade participar ativamente do governo e da vida do seu povo. Quem não exerce plenamente a sua cidadania será excluído e marginalizado da vida social e, mesmo, da tomada de decisões, ficando em uma posição inferior dentro do grupo social. (MENESES, et al, 2008, p. 7)

Afirma-se, então, que exercer a cidadania é ter a liberdade de participar e o poder de compartilhar deum conjunto de direitos que são assegurados pela Constituição Federal. Mesmo com os direitos assegurados oficialmente, Meneses et al (2008, p. 7) acreditam que existem dimensões que não são garantidas nessa ordem Jurídica do Estado. Segundo eles, são:

> - Direitos Civis: necessários à liberdade individual;
> - Direitos Políticos: ligados à participação no exercício do poder político;
> - Direitos Sociais: incluem a segurança e o bem-estar econômico. Direito a compartilhar da riqueza socialmente produzida e o de viver uma vida civilizada, segundo padrões sociais condizentes.

Verifica-se que há uma ampla abertura para o conceito de cidadão. Segundo Peixoto (2001), a cidadania é costumeiramente mencionada como reivindicação de direitos. Sobre a situação brasileira, ele aponta que os cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil, na música *Haiti,* cantaram que nenhum brasileiro é cidadão, justificaram a proposição por acreditarem que ou os direitos são inexistentes ou não são respeitados. Peixoto (2001, p. 134) exemplifica a falta desses direitos: "[...] quando vemos a situação de fome nas áreas mais carentes do país, sobretudo Norte e no Nordeste, ou a luta pela terra. Parece que muitos brasileiros não têm sequer acesso às condições mínimas de sobrevivência."

Nesse aspecto, Chauí (1986 apud PEIXOTO, 2001, p. 140) afirma que "[...] o Brasil, país capitalista, caracteriza-se por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada em que os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem [...]". Na verdade, os direitos de cidadania existem para todos, mas, na prática, são diferenciados para a classe dominada. Além disso, os autores ressaltam que a falta de preparo das camadas populares para a participação e para o exercício da cidadania é uma tese que nega a prática política do povo brasileiro.

Nesse sentido, Peixoto (2001) considera que a cidadania é, antes de tudo, uma questão política, pois define o fato de o indivíduo pertencer a um Estado e a maneira como ele se relaciona com esse Estado, para configurar, por conseguinte, os direitos e os deveres geridos dessa articulação.

Por outro lado, Peixoto (2001) complementa que a cidadania não é um conceito unívoco; sua conceituação é histórica e depende, sobremaneira, do momento histórico em que ela é percebida.

> [...] Assim, uma coisa era ser cidadão na *pólis* grega, outra era ser cidadão no calor das discussões da Assembléia Legislativa que promoveu a Revolução Francesa e outra, bastante diferente, é ser cidadão neste Brasil de final do século XX. (PEIXOTO, 2001, p. 136, grifo do autor)

Compreende-se, assim, que a cidadania é condicionada a vários fatores, pois é necessário que haja as articulações governamentais, mas, também, é imprescindível o conhecimento do sujeito para o seu pleno exercício. E é nesse sentido que a educação viabiliza o conhecimento do papel que cada cidadão deve assumir diante a comunidade em que vive. Para o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (2013), “a supressão pelo Estado da oferta da educação em qualquer das etapas daformação do indivíduo, significará para este, a impossibilidade do exercício pleno da Cidadania.” Acrescenta-se, ainda, que a cidadania plena é aquela que permite ao indivíduo ter acesso a todos os direitos que lhes são reservados.

Trata-se, portanto,de uma construção de cidadania por meio da articulação do Estado numa sociedade política e democrática propondo-se a atender, por meio de suasações, a totalidade da população, e não privilegiando apenas uma minoria. Pressupõe-se que mesmo sendo inerente à condição humana, a cidadania só apresenta consistência quando há condições favoráveis para os indivíduos exercê-la de forma plena.

No Brasil, a questão da cidadania é discutida em várias extensões. De um lado, é necessária a conscientização das pessoas para o seu exercício, de outro, o governo central deve articular suas ações em benefício de todos, com políticas sociais que atendam aos interesses das camadas populares, propiciando, mormente, a integração de todas as esferas governamentais para o avanço do país. Afinal, é por meio da educação que os indivíduos constroem novas ideias, novos saberes e encorajam-se para as lutas que lhe garantam a liberdade de contribuir para o progresso social.

Contudo, embora a Constituição de 1988 assegure a cidadania como um dos fundamentos do Estado democrático, grande maioria das pessoas não compreende a diferença que é dada quando o povo, de fato, exerce seu direito de cidadão, com objetivos de participar das decisões políticas e sociais, que reivindiquem uma educação de qualidade, de saúde para todos, transportes e saneamento. Portanto, a cidadania existe em função das ações dos indivíduos, prevalece quando há a participação plena e consciente.

3.1 Educação e cidadania

A educação, de modo geral, consiste no compartilhamento de ideias, valores, princípios e comportamentos. Realiza-se dentro de um determinado grupo de pessoas, por exemplo, a família é o primeiro grupo social que estabelece o ato educativo. Já, a educação escolar, também realizada em um ambiente determinado por valores sociais, é um dos direitos que o ser humano adquiriu, ao longo dos anos, como meio de adquirir conhecimentos para o seudesenvolvimento cognitivo, intelectual e social.

Desse modo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é afirmado que a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos destaca, que toda pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder se beneficiar de uma formação que corresponda às suas necessidades educativas primordiais (BRASIL, 2001). E essas necessidades básicas são desde a aprendizagem da leitura, escrita, resolução de problemas até comportamentos, conceitos e valores sociais.

Há concepções diferentes sobre a educação, pois enquanto alguns acreditam que o ensino escolar deve preparar os alunos para o mercado de trabalho, outros compreendem este ensino como um meio de formar cidadãos. Entende-se que é a partir dos conhecimentos, das discussões ou habilidades desenvolvidas no âmbito escolar que a criança, adolescente ou jovemcomeçaa perceber as necessidades de compreender a realidade, para, então, atuar conforme as demandas sociais

> Muitas pessoas acham que a educação serve para preparar mão-de-obra para o mercado. Já outras, acham que a educação e a escola têm como objetivo garantir a reprodução do conhecimento acumulado para as gerações futuras. Existem ainda aquelas que compreendem que a escola deve se preocupar com a formação do cidadão. (GRACINDO, 2013)

Considera-se, pois, que a articulação entre educação e cidadania reside no fato de que o papel da escola é fundamental na formação de cidadãos, e que o exercício da cidadania contribui sobremaneira para a concretização de uma sociedade democrática. Nosúltimos anos, houve muitas discussões a respeito da construção de uma sociedade democrática.[...] “E não são poucos os discursos que colocam para a educação a tarefa de formar cidadãos” (PEIXOTO, 2001, p. 133).

“A educação ganha também centralidade nos discursos e políticas sociais, porque eles enfatizam que competirá a ela ser um instrumento de democratização num mercado de escolhas e oportunidades.” (GENTILI; FRIGOTTO,

2001, p. 96). Então, percebe-se que desde a Constituição de 1988, a educação passou a ter estrita relação com a garantia de direitos sociais, numa perspectiva de afirmar um estado democrático por meio de uma educação que contemple a todos. E Palma Filho (2013) corrobora ao afirmar que a educação de crianças e jovens sempre foi vista como necessária para a formação da cidadania.

> Desde o Iluminismo, com Jean-Jacques Rousseau, uma de suas figuras mais emblemáticas, tornou-se predominante o discurso de que a educação era um meio privilegiado para formar cidadãos dentro da perspectiva democrática e para que os cidadãos modernos pudessem não apenas obter a luz do conhecimento, como também “aprender a ser cidadãos” [...]. Nessa perspectiva, a educação era, ao mesmo tempo, uma condição necessária e uma consequência da extensão da cidadania política ao conjunto do corpo social. (NEVES, 2009, p. 7, grifo do autor)

Neves (2009), afirma que esse ideal é que provocou nos governos democráticos do século XIXa necessidade de tornar a educação pública obrigatória e gratuita para os filhos das classes populares, visando ao mesmo tempo formar cidadãos patriotas e trabalhadores aptos a se inserirem nas indústrias cada vez mais mecanizadas.

As transformações que ocorreram no mundo moderno dispuseram a relação daeducação e cidadania eivada de contradições, pois as transformações no mundo do trabalho passaram a exigir da educação uma formação que atendesse às demandas para o desenvolvimento econômico do país, e o uso das tecnologias limita a participação dos trabalhadores desprovidos de conhecimentos especializados, mas, destacam a importância da qualificação de uma mão de obra que contribua para o aumento da produtividade e desenvolvimento econômico do país. A valorização, nesse sentido, passou a ser de uma formação técnica, exclusiva para o mercado de trabalho.

No contexto das lutas políticas pela construção e concretização da cidadania, Peixoto (2001) afirma que a ação no cenário educativo é mais uma das possibilidades, dentre vários movimentos de reivindicação social, que se configuram em movimentos para a emancipação popular. Buffa, Arroyo e Nosella (2010, p. 44) afirmam, ainda, que “[...] não é fácil afastar e menos ainda defender as formas sinuosas e sutis através das quais a vinculação entre educação e cidadania, como precondição para a participação [...]”.

> A relação entre cidadania e educação não se esgota nem está devidamente colocada quando se passa a defender simplesmente educação para todos. [...] É necessário ir mais longe e questionar a legitimidade dessa configuração do reino da liberdade e da participação, das cercas em que foi confinado. É necessário questionar por que condicionar liberdade,

> participação e cidadania a essa educação, a essa civilidade e a essa racionalidade. (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2010, p. 44)

Retomando a Constituição de 1988, Carneiro (2012) assinala que esta significou a reconquista da cidadania e que a educação passou, a partir dela, a ter altíssima relevância, que as emendas populares passaram a considerar a ideia da educação como direito de todos e, que, por ser assim, deveria ser de caráter universal, gratuito, democrático e de qualidade. Entretanto, nos PCN reflete-se que a profunda segmentação social, decorrente da injusta distribuição de renda, funciona como empecilhos para que maior parte da população possa fazer valer seus direitos e interesses, como exemplo, o direito à educação. (BRASIL, 2001)

Assim, Buffa, Arroyo e Nosella (2010) concluem que a educação, a racionalidade que se exige da classe operária e das camadas populares para serem reconhecidos como membros da comunidade política é a negação da racionalidade operária e popular, ou a negação de sua capacidade de agir politicamente em defesa de seus interesses. Os autores destacam que o reducionismo da questão da cidadania à moralização-educação para o bom convívio é apenas um obstáculo à compreensão da questão cidadania. Nesse ponto, afirmam que o pensamento pedagógico necessita superar essa concepção moralista e considerar a sociedade a partir da construção histórica, cheia de antagonismos e lutas, em que o poder precisa ser equacionado e socializado.

> Voltando à relação entre educação, escola, cidadania e democracia, o que as vincula nas diversas formas de luta popular pela escola não é apenas ser demanda atendida, mas as formas, sociais, organizativas, os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações, jornais e profissionais da educação. As lutas pela escola e pelo saber, tão legítimas e urgentes, vêm se constituindo um dos campos de avanço político significativo na história dos movimentos populares e na história da construção da cidadania. (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2010, p. 44)

Arroyo (apud PEIXOTO, 2001, p. 142), salienta que “[...] As lutas pela escola e pelo saber, tão legítimas e urgentes, vêm se constituindo um dos campos de avanço político significativo na história dos movimentos populares e na história da construção da cidadania.”

A cidadania é um exercício que o sujeito compreende e desempenha, substancialmente, a partir da educação adquirida no espaço escolar. De modo geral, a escola é um espaço de construção, onde o professor se organiza e põem em prática seus conhecimentos, suas competências. Nesse espaço, o professor troca experiências com outros profissionais e com os próprios alunos, numa dinâmica

relação em prol do ensino e da aprendizagem. Por isso, o professor torna-se, também, um sujeito de decisões e precisa definir metas a fim de contribuir para o desenvolvimento da escola e, consequentemente, para a formação dos alunos.

Em geral, o professor concebe sua função muito distante da realidade da escola. Coloca-se, apenas, como executor de tarefas nas salas de aula. Nesse aspecto, Libâneo, Oliveira e Toshi (2008) consideram que com a mudança de atitudes desses profissionais, com práticas participativas nas situações de trabalho, compartilhando com os colegas informações diversas, metodologias e dificuldades, processo avaliativo, ou discutindo e decidindo sobre o projeto pedagógico curricular, a escola seria “uma *comunidade de aprendizagem*, ou seja, uma comunidade democrática, aberta, de aprendizagem, de ação e de reflexão.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2008, p. 308, grifo dos autores).

Segundo os autores, a organização escolar,entendida comocomunidade democrática de aprendizagem, transforma a escola em um espaço de compartilhamento de práticas, ideias e valores, por meio do trabalho e da reflexão conjunta sobre as dificuldades ou sucessos de aprendizagem dos alunos.

Portanto, é compreensível a afirmação de que o sujeito torna-se cidadão por meio de suas práticas. E que a educação familiar ou escolar influencia na formação da personalidade do ser humano. Desse modo, para que o aluno adquira uma formação que o incentive a participar dos assuntos político-sociais é necessário que a educação, em todas as dimensões, contribua significativamente para o esclarecimento das funções sociais que cada cidadão deve exercer peranteseu município, sua cidade, seu estado ou país.

3.2 O exercício da cidadania como perspectiva sociopolítica

No ponto de vista educacional, o ensino escolar deve priorizar uma educação gratuita e de qualidade. Deve atender às demandas sociais e políticas, sem preterir a formação do aluno para o exercício da cidadania. Pois, embora o ensino escolar tenha explicitamente a intenção de formarpara cidadania, nem todas as escolas correspondem a essa finalidade.

> Considerando os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural

> da população é possível [...] adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos [...](LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2008, p. 328)

Entretanto, Buffa, Arroyo e Nosella (2010) ponderam que há um negativismo no pensamento pedagógico na educação para a cidadania, que vai além da visão negativa do político e do poder. Os autores exemplificam que a concepção de sociedade presente nos livros didáticos, nos escritos e até mesmo na prática pedagógica: a civilização, a vida na cidade e as indústrias são vistos como o lugar do vício e de corrupção; não apenas o poder, mas a vida social moderna oprime e corrompe; da mesma forma que predomina nos livros didáticos um saudosismo romântico com um olhar de precaução quanto ao futuro. Assim, indagam: “Como educar para o social com essa visão tão negativa? Como educar para o futuro, para a realidade sócio-política com esse olhar constante voltada para o passado mitificado?” (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2010, p. 72)

Destaca-se que o pensamento educativo deve conceber nos estudos curriculares um passado real, uma reflexão sobre as transformações modernas e, ainda, sobre as possibilidades da sociedade continuar progredindo. Porquanto, com uma visão negativa do social, a escola terá mínimas condições de preparar o aluno para o convívio social e político.

> [...] a concepção da história como progresso inexorável da barbárie à civilização, da miséria à felicidade de todos, da exploração à liberdade, processo que consuma na sociedade industrial-capitalista moderna. Como manter essa concepção linear e triunfalista do progresso capitalista em uma realidade como a nossa, onde a exploração e a miséria da maioria são tão evidentes [...]? Só uma visão crítica do progresso capitalista e de suas formas sofisticadas de exploração e de embrutecimento do homem nos permitirá equacionar devidamente os limites reais impostos por esse progresso à participação e à cidadania, e nos mostrará a utopia pedagógica. [...] (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2010, p. 77)

Assim, para uma educação com perspectivas sociopolíticas deve-se prevalecer no ensino escolar uma consciência crítica da realidade e da necessidade do constante progresso da sociedade moderna. Faz-se necessária, dessa maneira, uma reflexão a respeito da educação, pois o ensino deve ressaltar a busca pelos direitos sociais para a construção de uma consciência crítica, capaz de agir autonomamente. “De um lado destacando a educação no conjunto de lutas pelos direitos da cidadania; de outro lado fazendo das lutas pela cidadania os processos mais eficazes e mais radicais de educação, formação como sujeitos político-cidadão.” (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2010, p. 95)

Nessa perspectiva, considera-se necessária a intervenção do educador, mas, para tanto, “é preciso um trabalho de autoformação do professor, para compreender de modo crítico as relações entre a prática social e a educação. O trabalho escolar formativo fica comprometido, se não leva à assimilação crítica das contradições sociais.” (LIBÂNEO, 2009, p. 78)

Por um lado, a escola é responsável pela garantia de qualidade do ensino, mas por outro, os governos centrais e locais devem estabelecer vínculos para a promoção desse ensino. Pois, a escola, por si só, não muda a sociedade, ela não deve agir solitariamente. O apoio dos governos por meio de incentivo aos professores, com salários dignos, com formação profissional, ou programas que mantenham a permanência dos alunos nas escolas, pode elevar a formação cultural e social dos educandos, propiciar um ambiente favorável ao processo de ensino e de aprendizagem.

> O quadro a que está reduzida a escola pública é melancólico: desinteresse dos governos, professores malremunerados, despreparados, desanimados; crianças famintas [...]. Não está nos planos dos governos a elevação da qualidade da escola, porque não interessa à classe dominante a formação cultural verdadeira que libertaria os indivíduos e possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista. (LIBÂNEO, 2009, p. 80)

De modo geral, Palma Filho (2013) afirma que “a educação escolar sempre está a serviço de um determinado tipo de cidadania, e que é a pedra de toque do controle social e econômico.” Assim, segundo o autor, pode significar conformismo e obediência, mas também pode levar ao desenvolvimento intelectual e maximizar a compreensão do educando em relação ao meio em que vive e atuar de um modo não coercitivo, contribuindo para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo.

Por outro lado, Gracindo (2013) considera que a educação básica, constituída da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, têm por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe condições para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Assim,a educação básica, como o próprio nome sugere, configura-se em uma base para a construção da cidadania.

Além disso, uma educação com perspectivas de formar o aluno para compreender os aspectos políticos e sociais, depende sobremaneira das metodologias educacionais que o professor desenvolve em sala de aula, dos conteúdos e objetivos que constituem o planejamento de ensino, ou seja, o

professor deve adequar métodos que desenvolvam a intelectualidade dos alunos, da mesma forma que ele precisa ponderar os processos avaliativos e escolha dos conteúdos que os alunos necessitam para compreender a realidade. Palma Filho (2013) complementa:

> Não menos importante é o modo como esses conteúdos são organizados no currículo escolar e como os estudantes a eles têm acesso. Há estudos que mostram que, dependendo de como o currículo escolar é apresentado aos estudantes, sua compreensão é facilitada para alguns setores e dificultada para outros. Igualmente importantes são as condições para a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda, segundo Palma Filho (2013), no século XX, com o surgimento das racionalidades científicas, o conteúdo político é desvinculado da educação, ou seja, a educação democrática ou autoritária não é mais contemplada, há apenas a educação com conteúdos curriculares muito técnicos. “A execução é separada do pensar; o bom professor é aquele que executa de modo competente o que foi por outros pensados [...]” (PALMA FILHO, 2013, grifo do autor). Assim, para contribuição da escolana formação de sujeitos com perspectiva sociopolítica, ressalta-se que a cidadania implica as condições para o exercício da atividade política e social.

Portanto, é necessário que a escola reforce a importância do exercício da cidadania, que ela defina objetivos para a formação de cidadãos capazes de intervir na realidade. Mas, para tanto, é necessário que a escola tenha um novo olhar sobre o papel sociopolítico da escola, considerando que essa política não se refere aos partidos políticos, mas uma prática que visa influenciar a integração do aluno na sociedade, estimular a emancipação do homem para a transformação da sociedade.

4 ESCOLA CIDADÃ

4.1 Autonomia e gestão da escola

Um dos grandes desafios do sistema brasileiro de educação é garantir um padrão de qualidade no ensino público. Assim, como forma de assegurar uma educação escolar que promova o desenvolvimento do educando, no Art. 3º da LDB, é assegurado que o ensino deve ser ministrado mediante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com garantia de padrão de qualidade e gratuidade do ensino púbico.(CARNEIRO, 2012)

Ao longo dos anos, o sistema educacional do Brasil passou por várias reformas com propósitos de melhorias, Gentili e Frigotto (2001), afirmam que, nos últimos anos, algumas reformas foram feitas para alterar aspectos da gestão educacional, em todos seus níveis e escalões. Acredita-se queas reformas afetam diretamente as atividades pedagógicassem sala de aula, já que elas determinam, muitas vezes, métodos, conhecimentos e processos avaliativospara a dinâmica em sala de aula.

Entretanto, a grande diversidade regional ou local suscita reflexões para a ação educativa, pois, embora a equidade da educação seja um direito assegurado, há uma variedade muito grande de aspectos regionais e humanosque devem ser considerados. Implica em uma nova estrutura de gestão escolar, em que a escola possa decidir sobreas práticas educativas.

> Se analisarmos a história da educação brasileira, mesmo que bem rapidamente e centrada no último século, veremos que há muitas demandas reprimidas, principalmente no que se refere ao acesso e permanência de setores da população mais excluídos da vida social e a oferta de um ensino público de qualidade. Esses resultados negativos de nossa educação muito tem a ver com o tipo de estrutura e gestão do sistema de ensino brasileiro, que é altamente elitista e excludente em suas próprias regras de funcionamento. (REDIN; ZITKOSKI; WÜRDIG, 2013)

O sistema educacional não deve ser constituído apenas de decisões oriundas dos poderes centrais, mas também de deliberações dos governos municipais, em que a escola está associada com mais proximidade. Pois, sendo a escola uma esfera composta da comunidade, professores, alunos e pais de alunos, funciona como um meio de integração da sociedade, e precisa de autonomia para gerir as determinações a partir as situações do dia a dia na escola, que, nesse sentido, serão avaliadas de forma menos burocrática e mais contundente.

Gadotti (2010) assinala sua concepção referente à escola autônoma. Para o autor, escola autônoma é aquela que está em interação permanente com a sociedade. Assim, almejar uma escola autônoma é pretender uma escola que interfira na realidade, que transforme a sociedade, que dê um sentido novo à função social da escola.

Por outro lado, o conceito de participação, de acordo com Libâneo (2008, p. 102), “se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, conduzirem sua própria via.” O autor destaca, ainda, que na autonomia da escola, exige-se a participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade de forma que contribuam para as discussões públicas e soluções de problemas.

Segundo Gadotti (2010), em 1988, data da promulgação da Constituição Federal, o tema da democratização foi muito discutido e ocasionou, posteriormente, a consagração do ensino público democrático em termos de gestão. Desse modo, além do ensino configurar-se público, através da Constituição, o sistema de gestão também foi consagrado democraticamente.

Para o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (2013), deve haver ampliação das oportunidades educacionais do acesso à educação por meio e medidas urgentes como, a elevação dos níveis de qualificaçãodos docentes, a superação de estruturas pedagógicas tradicionais, o uso adequado de recursos financeiros, a existência de um material pedagógico com apoio de um sistema democrático de gestão educacional, no qual, a autonomia da escola e a participação da comunidade no acompanhamento das ações efetuadas e na tomada de decisões, constituamprincípios norteadores, no decorrer de todo o processo de gestão.

De acordo com Romão e Gadotti (1994 apud ROMÃO, 2013) o professor Moacir Gadotti escreveu a primeira versão do Projeto Escola Cidadã com a intenção de registrar os avanços das escolas do país que visavam à construção da realização humana, em um contexto democrático que contemplam todas as dimensões da democracia: econômica, política, social e cultural.

Desse modo, Marinho (2012) autentica que uma das medidas definidas pela legislação educacional é a formação para a cidadania. Contudo, segundo o autor, não é possível se pensar em formação para a cidadania sem um conhecimento profundo das políticas públicas de gestão educacional, e é nessa ordem de pensamento que Gadotti (2010, p. 47) afirma que “o princípio da gestão democrática e da autonomia da escola implica uma completa mudança no sistema

de ensino". Conforme o autor, o sistema de ensino brasileiro assenta-se no princípio de centralização[1], em contraste com o princípio definido pela LDB de democratização da gestão.

No Art. 3º da LDB dispõe que o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios, incluindo a gestão democrática do ensino público, que destaca a necessidade da construção da cidadania, pois inclui: autonomia, participação e compartilhamento de tomada de decisões. (CARNEIRO, 2012). "Este é o valor que nos faz construir e enxergar a escola-cidadã que nada tem a ver com um modelo burocrático, tradicional, tecnicista e excludente que, ainda, prevalece." (CARNEIRO, 2012, p. 58)

> As eleições para as municipalidades [...] possibilitaram aos partidos populares a chegada ao poder municipal e, com isso, vários projetos de gestão democrática foram experimentados em diversos municípios, com a implantação de Conselho de Escola e administração colegiada. (GADOTTI, 2010, p. 31)

Gadotti (2010) pondera que a participação e a democratização de um sistema de ensino é um meio viável parauma educação que vise o pleno exercício da cidadania. A participação, por meio da criação de conselhos de escola, pode representar uma parte desse processo: "conselho de escola é órgão mais importante de uma escola autônoma." (GADOTTI, 2010, p. 49)

Entretanto, Melchior (apud GADOTTI, 2010, p. 45) considera que, de modo geral, "[...] a escola pouco participa de questões essenciais relativas à organização curricular.", ou seja, a proposta curricular, documento importante na organização da vida escolar do aluno, não é construída ou avaliada com participação popular. Sabe-se que o currículo é um dos fatores determinantes do ensino escolar, tanto porque abrange os conteúdos necessários para a vida cultural e social do educando, como porque reflete as práticas pedagógicas do dia a diaem sala de aula.

Libâneo (1994) define a autogestão social como democratismo. Segundo autor, o termo pretende caracterizar uma proposta de organização das atividades de uma instituição, em que se garante uma ampla participação das pessoas envolvidas com base no princípio da democracia. Desse modo, o autor afirma que a viabilidade da participação se dá por meio de assembleia, na qual são discutidos os assuntos

[1] A centralização se configura nas determinações políticas em nível macro, abrange as tomadas de decisões das instâncias da administração central, incluindo as decisões dos contextos escolares. A centralização controla a "intervenção dos atores mais diretamente responsáveis pela prática pedagógica." (PACHECO, 2005, p. 53)

com poderes de decisão sobre planejamento, execução e avaliação das ações, não preterindo, assim, os diferentes níveis de escolaridade ou privilegiando titulações ou posições hierárquicas entre os membros participantes.

Assim, tornar o ensino democrático é também dar poder para a escola, uma vez que a escola envolve todos esses atores no processo de ensino e aprendizagem. Coloca-se, assim, a questão da autonomia da escola, porque elaconsegue perceber as maiores dificuldades da educação, que se faz na própria instituição ou na família. E é nesse sentido que Gadotti (2010) utiliza a expressão escola cidadã. Porquanto, segundo ele, a escola, num sistema único de educação pública, deve ser libertada da uniformização, ou seja, de uma escola pública única para tornar-se uma escola cidadã. Essa escola "seria uma escola pública autônoma, sinônimo de escola pública popular, integrante de um sistema único e descentralizado." (GADOTTI, 2010, p. 51)

Nesse sentido, a escola cidadã é, sobretudo, uma garantia de um espaço público para a construção de conhecimentos e valores emancipatórios, libertadores, formadores de sujeitos críticos e conscientes, capazes de exercer a cidadania. Portanto, a escola cidadã deve estar comprometida com a inclusão de todos, por meio de um ensino de qualidade, de uma formação democrática em todas as dimensões.

Gadotti (2010, p.52) afirma que "[...] para construir a escola pública popular necessita-se unir o nacional com o regional, inserindo o popular no público [...]". Assim, ele pontua algumas particularidades da escola pública popular ou escola cidadã:

> - A escola pública autônoma é, antes de tudo, democrática na sua gestão, democrática no acesso e permanência de todos.
> - Para ser autônoma, não pode ser dependente de órgãos intercessores que elaboram políticas das quais ela é apenas a executora. No sistema único e descentralizado, os técnicos dos órgãos centrais devem prestar serviços nas próprias escolas.
> - A escola cidadã deve valorizar o contrato de 40 horas com dedicação exclusiva do professor, sendo 4 horas diárias de aula e 04 de atividades extras. Valorizar a escola significa não levar trabalhos para casa, a não ser que na escola não haja lugar adequado para a execução das atividades.
> - A escola autônoma instiga a curiosidade, a paixão pelo estudo, o gosto pela leitura e pela produção de textos, escritos ou não. A aprendizagem é criativa e não mecânica. Propõe a espontaneidade e o inconformismo.
> - A escola cidadã é um espaço amplo, flexível. A escola autônoma procura unir-se ao mundo exterior pelos espaços sociais do trabalho, das profissões, das múltiplas atividades humanas. Ela é um laboratório do mundo que a penetra.
> - A transformação da escola não se dá sem conflitos. Ela se dá progressivamente. Pequenas ações, mas continuadas. Só a ação direta de

> cada professor, de cada classe, de cada escola, pode tornar a educação um processo enriquecedor.
> - Não há duas escolas iguais. Cada escola é fruto do desenvolvimento de suas contradições.
> - Cada escola deveria ser suficientemente autônoma para poder organizar seu trabalho da forma que quisesse, inclusive contratando e nomeando, a critério do conselho de escola, realmente deliberativo.(GADOTTI, 2010, p.53)

Assim, depreende-se que o autor refere-se a uma escola autônoma, democrática, transformadora, mas, para tanto, é necessária uma reestruturação dos sistemas educacionais do país. Muñoz (2004, p. 57, grifo do autor) refere-se ao poder de transformação da comunidade ou da sociedade como um meio de progredir:

> Uma cidade progressista é aquela que possibilita a seus cidadãos exercer o próprio direito de participar da transformação dinâmica de sua cidade. Só aquele(a) que participa pode ser e sentir-se cidadão(ã), sentir a cidade como sua, sentir-se orgulhoso/a de viver em “sua” cidade.

É compreensívelque o avanço de uma sociedade não aconteça por mera casualidade, mas consequência de mobilizações de pessoas que anseiam valorização humana, participação nas decisões políticas e educativas. Afirmar que o sistema de ensino brasileiro é descentralizado é assegurar a democratização do ensino e participação dos governos locais, escola e comunidade na construção de um currículo que contemple as reais necessidades dos alunos. Convém ressaltar, que uma escola cidadã se concretiza a partir da participação efetiva da população.Para Gadotti (2010, p. 58, grifo do autor):

> [...] Um sistema único e descentralizado só tem condição de funcionamento a favor da democratização, da qualidade dos serviços públicos e da transparência administrativa (que evita a corrupção), na medida em que contar com uma sólida estrutura de participação efetiva da população.

A descentralização torna-se, assim, um meio de democratizar as ações educativas, já que as tomadas de decisão são realizadas por articulações entre sistemas políticos, educativos, comunitários e escolares. E a autonomia da escola, nessa medida, é reforçada para ampliar seus conceitos para o novo paradigma educacional. Um modelo de sistema educacional democrático é mais flexível, pois considera as exigências da sociedade moderna, a realidades dos educandos, dos professores, eleva a escola a um nível de participação maior. A avaliação, dessa maneira, é também progressiva e pondera de perto os resultados educativos.

> Observa-se que nas políticas educacionais que o significado da propalada “educação com qualidade” se reduz ao pedagógico curricular: o rendimento escolar, ou seja, o nível de domínio do conteúdo curricular ensinado nas escolas. Por isso, os exames nacionais classificatórios como Exame

> Nacional do Ensino Médio (ENEM), o *Provão*, para as universidades, e outros, ganham centralidade, pois eles serão os indicadores de tal qualidade. (GENTILI; FRIGOTTO, 2001, p. 99, grifo do autor)

Portanto, o que se pode compreender é que a gestão escolar de caráter autônomo não representa apenas autonomia e responsabilidade pelas ações educativas, mas uma forma de refletir, avaliar e decidir sobre as práticas pedagógicas em sala aula. Além disso, representa uma forma de criar vínculos com os governos centrais para manter a participação e envolvimento de todos que fazem parte do processo de ensino e de aprendizagem. Essa autonomia representa, ainda, as possibilidades de envolver os educandos numa educação para além da socialização, uma educação para a consciência do pleno exercício da cidadania.

4.2 A escola cidadã na formação de sujeitos autônomos

O conhecimento é uma importante ferramenta que dá acesso às esferas dominantes da sociedade. E a escola é o lugar de ensino e difusão desse conhecimento, pois possibilita o acesso das camadas populares ao saber elaborado, sistematizado; é, simultaneamente, o meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto. [...] a socialização, como mediação sociopolítica, deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura. (LIBÂNEO, 2009, p. 75)

Nesse espaço, deve-se predominar uma educação com perspectivas emancipatórias, ou seja, para que o ser humano adquira a liberdade de participar e mudar os aspectos políticos que não satisfazem aos seus interesses. Assim, o processo educativo realiza-se na cooperação para a formação de sujeitos autônomos. Rosa (2013) cita que a proposta de uma escola que educasse para a cidadania surgiu nos Estados Unidos, na década de 30, com as "Citizenship Schools", escolas cidadãs organizadas pelo educador Myles Horton (1905-1990), em resposta a um líder comunitário negro que desejava a alfabetização dos negros nas escolas públicas, a fim de que eles adquirissem poder político e direito de votar.

Atualmente, no Brasil, muitos autores se propõem a discutir sobre os sistemas educacionais brasileiros. Gadotti (2010) acredita que a reivindicação pela

autonomia da escola cresce ao longo dos anos, junto ao desejo de uniformização e singularidade de cada região, com sua cultura local e peculiaridades da língua. Nesse sentido, o autor abordao contexto educacional em um projeto educativo que visa à transformação da escola burocrática existente para uma escola autônoma, uma escola cidadã que valoriza as diferenças sociais, regionais ou culturais.

Entende-se que a participação possibilita meios para garantir a construção de uma escola cidadã, pois envolve todos – pais, alunos, professores e comunidade – no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, Muñoz (2004, p. 57) menciona que a participação das crianças e jovens é imperiosa, pois segundo o autor: “As crianças, adolescentes e jovens de uma sociedade, de uma cidade, nunca serão o futuro se não participarem do presente”.

Nesse mesmo sentido, Libâneo, Oliveira e Toshi (2008) asseguram que a participação proporciona melhor desenvolvimento da escola, pois permite o conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e suas relações com a comunidade, além de favorecer o trabalho dos profissionais dos educadores, já que permite a aproximação dos docentes com os discentes e até mesmo com os pais desses alunos.

Sabe-se que a educação brasileira encontra problemáticas no seio da sociedade: desvio de verbas da educação, e, consequentemente, escolas em situações precárias, desvalorização do professorado, sobretudo, por meio de baixos salários, alunos desmotivados, falta de merenda escolar, famílias desestruturadas que não acompanham o desenvolvimento dos filhos. Assim, os fatores mencionados acima, refletem diretamente nas principais causas de desapontamento dos pais, alunos, professores e comunidade referente ao êxito educacional.

E, é por isso que se destaca o quanto o processo educativo deve ser claro, objetivo, com participação da comunidade local. A educação não é apenas para socializar o aluno ou transmitir informações, mas também para contribuir na construção de uma visão crítica da realidade, com perspectivas de mudar e melhorar a sociedade. Em outros termos, a educação deve ter o compromisso de emancipar o homem, transformá-lo em cidadão crítico e autônomo para viabilizar a transformação social.

> A educação escolar, por si própria, é um processo social, comum a todas as comunidades humanas. Ela é um dos instrumentos que formam pessoas aptas a sobreviver e viver em sociedade. Além da sua função fundamental, ela pode ter também um papel transformador, quando exige das pessoas seus direitos e deveres. Ainda, pode ser um elemento transformador, ocasionando mudança social e de autonomia individual face ao

> conhecimento, ao saberes transmitidos aos indivíduos na escola. (ALBA; OLIVO; OLIVIO FILHO, 2013)

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (2013) analisa os principais problemas e desafios da área educacional e faz uma relação com as devidas ações que devem ser implementadas, de natureza preventiva ecorretiva, possíveis e necessárias, tendo em vista o alcance da construção de uma nação pautada nos princípios da justiça e da igualdade e na formação de um população educada, consciente e atuante no que diz respeito à garantia dos direitos conquistados e da necessidade da luta diária em prol daqueles que são menos assistidos. Assim, pondera que o caminho para a conquista da cidadania plena inicia-se numa sala de aula da educação básica. Portanto, ressalta-se que a sala de aula deve ser pautada nos princípios da liberdade e da democracia, do respeito mútuo, da responsabilidade, do acompanhamento e fiscalização constantes não só dos órgãos governamentais e não governamentais, mas, sobretudo, da comunidade social, na qual a escola se encontra inserida.

É urgente que se pense a escola em uma perspectiva cidadã, visto que a escola pode desenvolver, por meio de suas práticas educativas, ações que evidenciemos valores humanos, em um cenário de democracia e cidadania.“[...] A escola cidadã consiste na ‘reconversão cultural da escola em um projeto político-pedagógico fundamentado nos princípios emancipatórios da democratização política, social, econômica e cultural” (AZEVEDO, 2004 apud GADOTTI, 2010, p. 109). Neste sentido, a educação escolar deve passar por uma transformação.

> A Escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que exercita na construção da cidadania de quem usa seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando pra ser ela mesma, feita para os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa de democracia. (FREIRE, 1997 apud GADOTTI, 2010, p. 69)

Segundo Freire (1981apud ALBA; OLIVIO; OLIVO FILHO, 2013), “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”, nessa afirmação, compreende-se que o autor percebe a educação com estrita relação às práticas sociais, e que, por sua vez, o homem com suas faculdades desenvolvidas

podem ser o agente transformador da sociedade. Ainda, compreende a educação como propósitos para a libertação, autonomia do sujeito. Libâneo (1994, p. 12), compreende que:

> [...] O saber escolar é entendido como o conjunto dos conhecimentos selecionados entre os bens culturais disponíveis, enquanto patrimônio coletivo da sociedade, em função de seus efeitos formativos e instrumentais. [...] o saber escolar constitui-se em elemento de elevação cultural, base para a inserção crítica do aluno na prática social de vida. [...]

Marinho (2012) pondera que para inserir-se na sociedade atual, participar das questões de interesse comunitário, é necessário que a formação escolar disponha de instrumentos que fortaleça os canais de interação com o mundo. Porquanto, acredita-se que educar é promover a liberdade, participação, autonomia. Mas, para tanto, é necessário que o aluno adquira uma identidade pessoal, própria, e que corresponda ao contexto cultural em que vive.

> A educação é condição e resultado do processo de desenvolvimento das pessoas. O acesso a ela e a oferta de novas oportunidades educacionais sempre foram e continuam sendoa melhor maneira de construir uma sociedade mais democrática e com menos exclusão social. Nesse sentido, ela objetiva formar profissionais competentes, cidadãos participativos e solidários e gente de caráter, o que implica formar pessoas de bons propósitos. (ALBA; OLÍVIO; OLIVO FILHO, 2013)

Diante do exposto, verifica-se que a escola tem o papel de formar o aluno para que seja autônomo capaz de se posicionar nas questões da realidade. Entretanto, mesmo com esses objetivos, muitos projetos apresentam dissonância na relação da educação com o aluno, impondo planos curriculares com conteúdos ou processos metodológicos que, em muitos casos, não correspondem ao interesse de verdadeiramente democratizar o ensino, ou seja, de formar cidadãos.

Logo, é imperativo que se pense as políticas públicas com uma visão mais ampla de educação, com consciência e valorização da heterogeneidade implantada nas escolas públicas. E é nessa proposta que a escola cidadã se inclina, numa alternativa de gestão democrática de escola em que a autonomia dos setores administrativos, financeiros e pedagógicos tenta superar o poder centralizado e a exclusão social da maioria da população. Segundo Redin, Zitkoski e Würdig (2013, grifo dos autores),

> É uma nova concepção de educação que pretende ser uma alternativa para a superação da histórica exclusão escolar que a parcela da população mais necessitada sempre sofreu nesse país e, para além disso, busca reinventar as relações entre escola, comunidade, sociedade civil, poder público, cidadania, entre outros espaços de vida em sociedade. Essa proposta de educação cidadã parte do princípio da gestão democrática de escola (administrativa, financeira e pedagógica) e está diretamente articulada com um projeto de sociedade na busca da superação do autoritarismo das elites

> e da exclusão social do povo e, consequentemente, da desumanização que resulta desse processo social em que vivemos hoje no Brasil,

Redin, Zitkoski e Würdig (2013), explicam que a escola cidadã surgiu a partir do paradigma de educação popular, por isso deve ser voltada para os interesses e necessidades da população que a constitui, que são, principalmente, os filhos das classes populares. De fato, a maioria dos excluídos socialmente precisade oportunidades para inserir-se na sociedade, e esta possibilidade se dá por meio da educação.

Para tanto, a escola cidadã deverá tornar-se uma articuladora das ações educativas em prol de uma sociedadedemocrática, que valoriza o ensino público e impulsiona a formação de pessoas capazes de intervir na realidade e lutar pelos ideais. Confirma-se, portanto, a urgência de se repensar a escola para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, sobretudo, a escola pública deve ser pensada numa alternativa para a humanização e libertação social.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida na Escola Imperatriz[2], no município de Chapadinha-MA. Foram pesquisados 9 (nove) professores do turno matutino e vespertino, através de questionários (APÊNDICE A). A escolha dos professores deu-se em razão dos mesmos desenvolverem ações com seus alunos, possibilitando uma formação de valores, tornando-os sujeitos críticos e atuantes no meio social em que vivem.

Dessa forma, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa e qualitativa. E para tanto, foram utilizados questionários mistos, com questões e abertas e fechadas para professores que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental, 1º ao 5º ano, nos turno matutino e vespertino, tendo em vista que é fundamental o aluno, a partir dos primeiros anos escolares, assimilarem gradativamente seu papel de cidadão para sua vivência na sociedade.

Considerando que para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos, a escola necessita de autonomia e integração de todos – professores, diretores, pais de alunos e alunos – no processo educativo para a construção de uma sociedade democrática, as questões foram fundamentadas no tema cidadania e escola cidadã. Com base nesses requisitos,foram coletados dados sobre a importância da escola na formação dos valores humanos.

Os resultados obtidos durante a pesquisa foram tabulados por meio de estatísticas e analisados dialeticamente para uma melhor compreensão.

5.1 Caracterização do universo da pesquisa

A Escola Imperatriz[2] está situada em um bairro do município de Chapadinha-MA. Possui uma estrutura física com 7 (sete) salas de aula, 1 (uma) secretaria, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) área aberta interna e 1(um) laboratório de informática.

Atualmente, a escola funciona em três turnos, atendendo a uma clientela de alunos matriculados no ensino fundamental do 1º ao 5º ano do ensino

[2] O nome da escola é fictício.

fundamental e 1º ao 9º ano da Educação de Jovens e Adultos. Sendo que, no turno matutino e vespertino funciona o Ensino Fundamental, e no noturno, somente a Educação de Jovens e Adultos.

A escola possui em seu quadro 14 professores, dos quais 7 (sete) têm formação em Pedagogia e 7(sete) possui apenas o magistério. São 9 (nove) professores para o turno matutino e vespertino e 5 (cinco), para o noturno. Segundo relatos dos docentes, a maioria desses profissionais exerce a docência há mais de 20 anos.

De acordo com os professores, o setor administrativo da escola é formado por 1 (uma) diretora geral, com formação em Pedagogia e 3 (três) agentes administrativos.

Em síntese, a pesquisa considerou as respostas dos 9 (nove) docentes da Escola Imperatriz que lecionam do 1º ao 5º ano, nos turno matutino e vespertino para o levantamento dos dados e análise dessa pesquisa.

6 UMA VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A ESCOLA CIDADÃ

Compreender as particularidades que fazem uma escola tornar-se uma escola cidadã, é fundamental para incluir, no processo educativo, objetivos e finalidades que correspondem a esse modelo de escola. Assim, o questionário iniciou com uma abordagem sobre a concepção dos professores acerca dos valores cidadãos. Na pergunta: “Qual o seu entendimento acerca do conceito de valores cidadãos?”, grande parte dos professores entrevistados afirmou que são os direitos e deveres que os alunos precisam conhecer para torná-los, de fato, cidadãos de uma sociedade.

Algumas respostas dos professores sobre os valores cidadãos:

Professor 1 – “*Os valores são os padrões norteadores de nossa conduta que são adquiridos na convivência de forma adequada ou inadequada”*.

Professor 2 – “*Que é fundamental e todos os cidadãos podem e devem tomar conhecimento dos seus valores na sociedade que a eles são inerentes”*.

Professor 3 – “*São a busca pela melhoria de saúde, do bom emprego, a busca realmente por seus direitos e deveres”*.

Professor 4 – “*São condutas que repassadas pela escola os ajudam a se conscientizar de seus direitos e deveres na sociedade”*.

Percebe-se que as respostas dos professores aludem, principalmente, aos direitos e deveres, ou condutas que devem ser repassados pela escola e refletidos na prática social. Deste modo, é possível acreditar, por meio das respostas dos professores, que eles sabem a função da escola na formação dos alunos a partir da socialização dos valores humanos.

Gráfico 1- Na escola em que você atuasão transmitidos os valores cidadãos?



Fonte: Elaborada pelas autoras do trabalho

No gráfico 1, constatou-se que 100% dos professores entrevistados percebem a contribuição da escola na socialização de valores cidadãos essenciais para a vida humana. Percebe-se, então, que a escola se preocupa com os aspectos sociais e políticos, uma vez que, para o processo educativo com perspectivas de valorização dos direitos e deveres, da integração do homem à sociedade, é fundamental que a escola ofereça condições para a discussão e apropriação dos alunos referentes aos seus direitos e deveres.

Gráfico 2- A escola está envolvida no processo de formação cidadã de seus alunos?



Fonte: Elaborada pelas autoras do trabalho

No aspecto sobre a formação cidadã dos alunos, 100% dos professores afirmaram que a escola desenvolve um trabalho de integração no processo de formação de seus alunos, pois oferece condições para o desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos.

Desse modo, os professores exemplificaram a forma como a escola está envolvida na formação cidadã dos alunos:

Professor 1 – "*Promovendo um ensino de práticas inovadoras, dando total respeito ao direito de participação, diálogos e reflexão dos educandos a serem cidadãos críticos e criativos de seus direitos perante a sociedade".*

Professor 2 – "*Orientando-os e explicando que devem respeitar o próximo"*.

Professor 3 – "*Transmitindo para eles que é preciso serem pessoas atuantes do meio em que vivem e respeitando as pessoas mesmo com suas diferenças".*

Professor 4 – "*Formando cidadãos críticos e reflexivos para a vida"*.

Constatou-se, portanto, que a escola é dinâmica e flexível, já que envolve todos – alunos, professores e comunidade em geral – no processo de educabilidade dos discentes. Essa integração permite o desenvolvimento dos alunos de maneira mais ampla, possibilita o envolvimento não apenas com assuntos de conteúdos curriculares, mas, também, com experiências extra-escolares de cunho social tão necessária à formação de sujeito participativa.

Gráfico 3- Há autonomia na gestão da escola?



Fonte: Elaborada pelas autoras do trabalho

Entende-se que a autonomia da gestão escolar refere-se ao poder de decisão que é dado à escola nos aspectos que fazem parte do processo educativo. Por ser assim, ela acontecem em um sentido amplo, desde os processos avaliativos, métodos de ensino até os conteúdos curriculares que melhor correspondem às demandas populares. No que se refere à autonomia da gestão escolar, 100% dos professores asseguraram que sempre há autonomia. Compreende-se, portanto, que os professores percebe o trabalho da gestão escolar de forma positiva, porquanto, segundo as professoras, há a liberdade de participação e decisão dos professores e gestores nas decisões escolares.

Os professores exemplificaram o sentido dessa autonomia. De acordo com os professores, a autonomia na gestão se dá:

Professor 1 – “*No direito de participação nas decisões da escola para que possa haver melhoras no que não está bom”*.

Professor 2 – “*Participando das decisões da escola*”.

Professor 3 – “*Trabalhando o respeito, o diálogo e o aluno no todo*”.

Professor 4 – “*Educando para que sejam alunos conscientes de seus direitos e deveres em sociedade”.*

Entretanto, há que se repensar nessa forma de autonomia percebida pelos docentes. Pois a autonomia da gestão deve ser significativa e não apenas em forma de reuniões para repassar as decisões oriundas dos governos centrais. Pois, segundo Pacheco (2005, p. 57), “a política educativa corresponde ao conjunto de decisões oriundas do sistema político, englobando as intenções e estratégias definidas por critérios ideológicos e por necessidades reconhecidas como válidas socialmente.” Em outras palavras, acredita-se que a autonomia apresentada pelos professores da Escola Imperatriz são reuniões para compartilharem ou executarem as atividades que os governos centrais determinam.

Gráfico 4 – A participação dos pais na escola se dá de que forma na instituição em que você atua?



Fonte: Elaborada pelas autoras do trabalho

Sobre a presença dos pais na escola, 75% dos docentes pesquisados afirmaram que a participação dos pais é boa e 25% respondeu razoável. Nota-se que as maiorias dos pais fazem presentes para acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos na escola.

Dessa forma, é apresentada, neste item, uma parte decisiva para uma educação de qualidade. Pois, entende-se que com o envolvimento dos pais nos assuntos relacionados à educação, tanto a escola quanto o aluno têm mais condições de se conhecerem e se relacionarem, além disso, é a troca de ideias entre pais, alunos e professores é que permite um ambiente favorável para o ensino e aprendizagem.

Afirma-se, ainda, que para se formar alunos capazes de intervir na vida social e política da comunidade é necessário que haja a vivência dos alunos com grupos que discutam as principais temáticas sociais de forma elaborada e crítica, para que eles se sintam motivados na busca de melhores condições. Por conseguinte, é necessário que haja a socialização das informações de forma não

restrita, mas que abranja as principais necessidades da população, estimulando a todos os cidadãos na transformação para a melhoria da sociedade em geral.

Gráfico 5- O que é necessário para se obter uma escola cidadã de qualidade?



Fonte: Elaborada pelas autoras do trabalho

Sabe-se que a educação escolar não envolve apenas os conteúdos curriculares, pois há também os conhecimentos de caráter ético, humanitário que devem fazer parte do currículo pessoal do aluno. Os valores humanos devem imprescindivelmente, fazer parte da formação dos indivíduos. Assim, os pais esperam da escola a continuidade da educação de seus filhos, e da mesma forma, espera que ela repasse os valores humanos que fazem parte da sociedade atual.

Desse modo, os professores afirmaram,em 100%, que para uma escola de qualidade é necessário compromisso, complementaram que a responsabilidade deveser compartilhada, ou seja,deve ser tanto do professor, diretor, quanto dos pais dos alunos. Percebeu-se que os professores estão envolvidos e engajados para a construção de uma escola cidadã de qualidade. Pois os professores são essenciais para que essa construção seja realizada, poiseles têm a maior possibilidade de refletir sobre a prática docente em sala de aula.

Referente à participação da comunidade, todos os docentes entrevistados afirmaram que a comunidade é participativa. Justificaram, ainda, que a participação se dá através das reuniões e do conselho de escola. Dessa maneira, percebe-se que a escola, na visão dos professores, encontra-se em condições favoráveis para a formação de sujeitos críticos, autônomos. Já que, na maioria das questões levantadas nos questionários sobre os aspectos de uma escola cidadã, os docentes consideraram a postura da escola, da comunidade e dos pais de forma predominante e positiva.

Ressalta-se, agora, um assunto bastante complexo, por envolver os sistemas educacionais brasileiros. Trata-se da gestão escolar e, simultaneamente, dos conteúdos curriculares que são adotados pelas escolas. Os professores afirmaram que a gestão da escola é autônoma e participativa. Em contrapartida, ao se questionar sobre os conteúdos que a escola trabalha e a prática pedagógica, 50% dos professores consideraram que a escola desenvolve um trabalho que permite formar sujeitos ativos, ou seja, que exercem os seus direitos e deveres, e que lutam por uma sociedade mais justa; 30% afirmaram que os conteúdos abordados desenvolvem a consciência do papel do aluno na sociedade e 20% consideram que os conteúdos possibilitam o envolvimento dos alunos das questões sociais e, consequentemente, formam cidadãos participativos.

Dessa maneira, embora entendendo que os sistemas educacionais brasileiros se constituem burocraticamente, na maioria das vezes contemplando apenas interesses políticos partidários, as percepções dos professores da Escola Imperatriz são bastantedíspares das discussões levantadas no material bibliográfico ou de autores que compreendem que a gestão escolar dos municípios brasileiros não tem maturidade ou poder para gerir sua própria escola.

Por outro lado, Gadotti (2010) considera que o que predomina na educação brasileira é uma pedagogia conteudista, de cunho funcionalista. É uma pedagogia que reprime a multiculturalidade, impondo um saber que contém elementos que legitimam a dominação. Desse modo, o autor indaga: “Não seria melhor cada escola ter acesso a muitas propostas e conteúdos curriculares, para, a partir da sua própria realidade e experiência, construir o projeto que deseja?”. Assim, as concepções dos professores precisam ser refletidas, para compreender como se constitui uma gestão escolar democrática.

7 CONCLUSÃO

Atualmente, os assuntos que se referem à construção de uma sociedade democrática são vistos numa perspectiva de tornar o meio social ou político mais acessível às camadas populares. Ou seja, impulsionar uma sociedade em que os sujeitos possam participar das questões de interesses públicos propiciando um modelo de governo para uma maioria absoluta, e não apenas para uma parcela da população privilegiada.

Assim, com a Constituição de 1988, o ser humano passa a ter direito de desenvolver suas capacidades cognitivas. Pois, a Constituição Federal assevera direito à educação para todos, como forma de se desenvolver intelectual e socialmente, participar e compartilhar de conhecimentos estabelecidos socialmente.

Compreender a necessidade do ser humano de participar da vida política de uma sociedade é entender que o processo democrático exige muito mais do que programas dos governos federal, estadual ou municipal ou ter direito para votar, é conceber a liberdade de expressão e de decisão das pessoas que, de fato, compõem esta sociedade cheia de contradições. As contradições se fazem porque de um lado, juridicamente, o ser humano tem o poder de decisão, de outro, ele torna-se um homem passivo, reprodutor de ideologias e sem argumentos para lutar pelos ideais.

Assim, o ensino nas escolas, sobretudo nas redes públicas, deve favorecer as condições de integração do aluno com a real situação do meio em que ele vive. Por entender que a escola é uma instituição social que pode propor condições do desenvolvimento de habilidades favoráveis à interpretação da realidade, ela deve assumir compromisso de estabelecer práticas pedagógicas que contribuam para o amadurecimento do aluno e aquisição de conhecimentos da cultura da qual participa. Pois, com a apropriação de pensamentos predominantes no meio social, o aluno adquire meios para desenvolver seu pensamento crítico da realidade.

Nesse sentido, percebe-se que a escola deve atuar numa perspectiva de formar sujeitos com capacidades de integração à sociedade. Destaca-se, então, que é a escola que dá condições de libertar ou emancipar o homem. Porém, esta precisa de autonomia em sua gestão, não no sentido estrito de autonomia financeira, mas na liberdade de participar da elaboração de propostas, projetos ou atividades

pedagógicas que reflitam o ensino e aprendizagem no cotidiano escolar. A autonomia que se refere, é aquela que dá liberdade à comunidade em geral, pais de alunos, diretores e professores de contribuir com ideias no processo educativo.

Desse modo, a democratização do ensino e a autonomia da escola possibilitam a concretização de uma escola cidadã, já que ela assume o papel de construir uma sociedade democrática, pois implica afirmar que esta escola se constitui de cidadãos, de sujeitos que participam, interagem, exigem e lutam pela transformação da sociedade, quando não é coerente com as necessidades da maioria da população.

Por entender assim, escola cidadã não é aquela que valoriza a transmissão de conteúdos curriculares, mas, aquela que se preocupa com a formação de sujeitos autônomos; que valoriza a família; que se dispõe a oferecer um ensino de qualidade, visando formar sujeitos capazes de exercer seu papel de cidadão.

A gestão escolar, em todos os sentidos, deve ser integrada à comunidade. Pois, na perspectiva da escola cidadã, o aluno torna-se um sujeito com capacidades de transformar uma realidade. E, para que esta realidade seja mudada, o aluno precisa conhecê-la, ou seja, a organização escolar deve contemplar a presença de todos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. E, isto significa afirmar que tanto o professor quanto o aluno devem participar e serem orientados sobre as questões referentes ao currículo, para que tenham uma visão mais ampla do conhecimento administrado em sala de sala.

Em contrapartida, um sistema de educação não deve ser concebido como o único aparelho responsável pela gestão do ensino, mas contar com o apoio dos governos centrais ou locais, para garantir um ensino igualitário e de qualidade. Pois embora a educação escolar seja um direito do ser humano, conquistado ao longo dos anos, e assegurado pelos documentos oficiais, torna-se viável apenas quando todos participam desse processo. Em todo caso, os professores devem ser reconhecidos não apenas como executores, mas atores desse processo, por isso devem fazer parte da construção de projetos que visam à melhoria da educação.

O resultado da pesquisa propiciou a análise e constatação de que muitos professores consideram a escola apta a formar cidadãos para a sua inserção na sociedade moderna. Entretanto, constatou-se também que esse resultado divergiu de concepções de muitos autores brasileiros que estudam os sistemas de ensino público. Pois, para os professores, a escola é autônoma, participativa; os pais, em

sua maioria, acompanham a educação dos filhos e os conteúdos proporcionam discussões que fazem parte das demandas sociais. E, para a maior parte dos autores, a educação, ainda, é um meio de reproduzir valores da classe dominante, oprimindo, excluindo e marginalizando grande parcela da população. Além disso, consideram que a educação é um dos instrumentos mais usados para meios políticos partidários, em vez de propiciar a emancipação e libertação do homem.

Sugere-se, assim, aos professores que desenvolvam métodos de pensamento e reflexão acerca do contexto social em sala de aula e busquem a cada dia desenvolver as habilidades de participação dos alunos. Pois, o educador deve estimular o pensamento crítico e reflexivo, a partir de temas urgentes, que perpassam na sociedade.

Portanto, a Escola Imperatriz demonstrou preocupação no que se refere à formação de alunos interativos. Desse modo, sugere-se à escola que continue desenvolvendo uma política de ensino em que os valores humanos sejam ressaltados; que promovam a participação da comunidade e dos pais dos alunos em todo o processo educativo, pois, exercer a cidadania é um direito assegurado, mas, é a escola cidadã que oferece condições para a produção do conhecimento, formação de sujeitos críticos e com disposições para a transformação da sociedade. Afinal, é a escola cidadã que forma sujeitos para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALBA, Olivo Graciela; OLIVO, Fabíola; OLIVO FILHO, Pedro. **Educação escolar como condição a cidadania**. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3525_2009.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política.** São Paulo: LTDA, 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília,DF: MEC/SEF, 2001.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania:** quem educa o cidadão? 14. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil:** leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 20. ed., Petrópolis,RJ: Vozes, 2012.

CHAUI, Marilena Sousa. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

CIOTOLA, Gennaro Portugal. **A era Vargas**: revolução de 30 e o estado novo. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<http://meuartigo.brasilescola.com/historia-do-brasil/a-era-vargas-revolucao-30-estado-novo.htm> Acesso em: 01 ago. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf> Acesso em: 28 jul. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed., Goiânia: MF Livros, 2008.

_____. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MARINHO, Genilson**. Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2012.

MENESES, César Augusto de, et. al. **Cidadania:** ENEM intensivo. Rio de Janeiro, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. **Educação:** condição de cidadania. v. 2. Vitória: CEAF, 2002.
<Disponívelem:<http://www.mpes.gov.br/anexos/conteudo/206415227592006.pdf.> Acesso em: 27 jul. 2013.

MUÑOZ, César. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, Paulo S. C. **Educação e cidadania:** questões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Educação e cidadania.** São Paulo, 1998. Disponível em:<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/161.pdf> Acesso em: 27 jul. 2013.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEIXOTO, Adão José. **Filosofia, educação e cidadania.** São Paulo: Alínea, 2001.

REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José; WÜRDIG, Rogério Costa. Escola cidadã e políticas públicas para a cidade educadora: desafios para repensar a vida em nossas cidades desde a perspectiva da infância. **Revista Eletrônica**: Fórum Paulo Freire. ano 1, n. 1, jul. 2005.
Disponível em:<http://www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/567.pdf> Acesso em: 27 jul. 2013.

ROMÃO, José Estáuquio. **Escola cidadã no século XXI**. São Paulo, 2013. Disponível em:<http://www.unopar.br/2jepe/escola_cidada.pdf> Acesso em: 27 jul. 2013.

ROSA, Renilda Maria. **O papel do diretor na escola cidadã.**Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de Uberaba. Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000103958.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

APÊNDICE A -Questionário para os professores.

1. Qual o seu entendimento acerca do conceito de valores cidadãos?

_____

_____

_____

2. Na escola em que você atua são transmitidos os valores cidadãos?

( ) Sim ( ) Não

3. A escola está envolvida no processo de formação cidadã de seus alunos?

( ) Sim ( ) Não

De que forma?

_____

_____

4. Há autonomia na gestão da escola?

( ) Sim ( ) Não

Em que sentido se dá essa autonomia?

_____

_____

5. A gestão é participativa?

( ) Sim ( ) Não

6. O que é necessário para se obter uma escola cidadã de qualidade?

( ) Disponibilidade

( ) Compromisso

( ) Interesse

( ) Outros

7. O conteúdo com o qual a escola trabalha e a prática que adota estão contribuindo para formar que tipo de ser humano?

( ) Participativo da vida em sociedade

( ) Ativo para com seus direitos e deveres

( ) Consciente de seu papel em sociedade

8. A comunidade é participativa na escola?

( ) Sim ( ) Não

De que forma?

_____

_____

_____

9. A participação dos pais na escola se dá de que forma na instituição em que você atua?

( ) Ótimo

( ) Boa

( ) Razoável

10. Considerando a importância da participação dos pais na vida escolar, como você percebe esse aspecto na sua vida?

_____

_____

_____